

Coletivos sociais e as novas configurações do ativismo contemporâneo: o caso do “Mutirão pelo Bem Viver” em São Paulo

*Alana Belei
Tatiana Rotondaro*

RESUMO

O agravamento da crise climática e ecológica se consolida como um dos principais desafios do século XXI. Entretanto, as propostas desenvolvidas não estão direcionando para soluções apropriadas. Além disso, soma-se às crises ambientais, as diversas crises nos sistemas democráticos causadas pelas profundas mudanças no capitalismo global, que impulsionam movimentos sociais e ativistas a desenvolver novos repertórios de resistência. Dentre eles, é notória a emergência de uma nova organização: os coletivos, ainda em fase de construção teórico-analítica. Este artigo, resultado de dissertação de mestrado, tem por objetivo investigar como propostas baseadas em saberes tradicionais e no pensamento decolonial têm norteado a atuação de ativistas progressistas, mais especificamente, como a noção de “bem viver” é mobilizada por um coletivo social. Para tanto, realizamos um estudo de caso da iniciativa “Mutirão pelo Bem Viver (MBV)”, impulsionada pelo Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta, uma tendência do partido político PSOL, com foco em sua atuação no Estado de São Paulo. A coleta de dados desse estudo foi realizada por meio de observação participante, pelo levantamento de documentos internos do MBV e por entrevistas semiestruturadas, com 13 pessoas envolvidas com o

MBV. O estudo observou que a atuação política do coletivo estudado se orienta pela intenção de construção da via partido-movimento, como proposto por Boaventura de Souza Santos (2021). Pois, trata-se de uma atuação híbrida que combina, simultaneamente, uma atuação institucional e uma atuação de base, de modo complementar e gradativo. Independentemente da participação político-partidária de seus membros, o principal objetivo da atuação do MBV é fomentar a auto-organização da população nas comunidades parceiras. Por fim, a pesquisa nos permite ponderar que o uso do termo “coletivo” parece estar associado a uma nova configuração de atuação política.

Palavras-chave: Bem Viver; Ativismo Contemporâneo; Movimentos Sociais; Coletivos Sociais; Partido-Movimento.

1. INTRODUÇÃO

O aprofundamento da crise climática e ecológica tem trazido questionamentos sobre formas de pensamento hegemônicas, assim como sobre a nossa relação com a natureza”. Apesar dos diversos planos e agendas criados como tentativa de frear a crise climática, persiste a visão de que a “natureza” existe apenas enquanto um recurso à disposição dos seres humanos, capaz de alavancar o acúmulo material e o crescimento econômico, ou seja, não problematiza devidamente o conceito de desenvolvimento (Acosta, 2017).

Nesse sentido, o diálogo com outros saberes e formas de conceber o mundo pode nos fornecer uma ampliação nas possibilidades de organização social. No caso da América Latina, uma fonte de inspiração pode ser encontrada na experiência dos povos originários, que mantêm suas tradições e modo de vida, mostrando que sociedades vivendo em harmonia com a “natureza” são possíveis, como expressos pelo *sumak kawsay*, do quéchua no Equador, e do *suma qamaña*, do aymara na Bolívia. Essas expressões foram traduzidas como “*buen vivir*” e “*vivir bien*”, respectivamente, e para o português como “bem viver”.

Neste estudo, o “bem viver” é considerado como parte do debate decolonial, visto que está alinhado ao histórico de críticas do processo de colonização, mas, como novidade, acrescenta a dimensão ambiental, inclusive na discussão econômica, demonstrando que a dicotomia “cultura x natureza” nunca existiu na prática, apenas no imaginário do colonizador.

Contudo, no contexto Ocidental, a prática do “bem viver” se apresenta como o maior desafio para sua construção, afinal romper com tradições é algo muito complexo (Gudynas, 2011; Acosta, 2017). Em vista disso, a proposta de transição do “bem viver” baseia-se na “noção de autocentramento”, que consiste em fomentar localmente espaços de contrapoder por meio do fortalecimento de espaços comunitários para que seja criada uma nova forma de convivência social (Acosta, 2017).

A principal manifestação do pensamento pós-colonial, sendo o “bem viver” uma expressão deste pensamento, acontece nos movimentos e organizações da globalização contra-hegemônica, que lutam contra a exclusão social, econômica, política e cultural (Santos, 2007).

A globalização contra-hegemônica surge como consequência das profundas mudanças no capitalismo global e das diversas crises nos sistemas democráticos nacionais. Desde a crise do capitalismo global de 2008, ocorrem diversos movimentos e protestos em âmbito mundial, majoritariamente formados por jovens organizados por meio das novas tecnologias da comunicação, em relações horizontais, críticos das estruturas hierárquicas, por isso, sem filiação a organizações, movimentos sociais ou partidos (Gohn, 2018).

No Brasil, essa forma de protesto e mobilização social ganhou força em junho de 2013, com os protestos nas ruas reivindicando políticas sociais vigentes nas áreas de transporte, saúde e educação. O destaque foi o Movimento Passe Livre (MPL), com jovens organizados online (Gohn, 2018). Este evento evidenciou a emergência de um novo tipo de organização social no Brasil, dos grupos que se autodenominam coletivos, tornando-se objeto de interesse e um desafio aos acadêmicos, visto que ainda não há uma precisão teórico-metodológica sobre os coletivos (Gohn; Penteado; Marques, 2020).

Os aspectos mais destacados pela literatura para caracterizar os coletivos são: o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), a autonomia derivada do anarquismo, a horizontalidade em oposição a estruturas organizacionais mais rígidas e hierárquicas, a ausência de lideranças formais (não significa que não há lideranças e sim que não são formalizadas), a crítica a formas tradicionais de instituições (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais), além de serem vistos como expressão de uma nova configuração social mais fluida, com práticas que apresentam continuidades e descontinuidades (Perez; Souza, 2017; Perez, 2019; Gohn *et al.*, 2020).

Já as pautas predominantes nos coletivos sugerem centralidade no debate decolonial pois ficam em torno das clivagens sociais e experimentação de novas sociabilidades (Perez; Souza, 2017; Coimbra; Morais, 2020; Faria, 2020; Marques; Marx, 2020; Martins, 2020; Monaco, 2020; Thibes *et al.*, 2020; Valiengo; Oliveira, 2020). Além disso, David Graeber ([20--], p.10) defende que os anarquistas da nova geração são formados “por ideias indigenistas, feministas, ecológicas e cultural-críticas”.

Por considerar que o “bem viver” se manifesta nos movimentos contra-hegemônicos e que a literatura sobre os coletivos ainda está em construção, torna-se necessário investigar como o “bem viver” está sendo traduzido nas práticas sociais destes grupos, tendo em vista seu possível potencial de resposta às crises contemporâneas.

Diante do exposto, com o objetivo de compreender como o debate decolonial tem influenciado a atuação de grupos autodenominados coletivos através da operaciona-

lização do “bem-viver”, foi realizado um estudo de caso do projeto nacional “Mutirão pelo Bem Viver” (MBV). A iniciativa surgiu durante a pandemia de Covid-19, impulsionada pelos militantes do Coletivo Ecosocialista e Libertário Subverta – uma corrente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que possui um repertório de atuação inspirado na proposta do “bem viver”. Posteriormente, os militantes do Subverta decidiram que a iniciativa do MBV deveria ser aberta a voluntários e colaboradores, independentemente de atuação partidária¹. Vale observar que o interesse de estudo pelo MBV, assim como o envolvimento de uma das autoras com o grupo (de forma voluntária e sem filiação partidária), ocorreu pelo interesse em projetos sociais engajados na busca por alternativas à lógica atual do sistema alimentar hegemônico.

De acordo com a narrativa dos militantes do Subverta, este é um coletivo que constrói o PSOL e o MBV, ou seja, que atua pela via institucional e pelo ativismo (atuação de base) simultaneamente, sendo necessário se filiar ao PSOL ao aderir ao primeiro, mas não havendo esta mesma necessidade no caso do MBV. Portanto, o Subverta se apresenta como uma corrente do PSOL que se autodenomina como coletivo, com um compromisso partidário, mas que não se limita a este contexto formal de atuação. Esta experiência, porém, não se refere a um caso isolado, há outras correntes dentro do PSOL que se autodenominam coletivos, como o Coletivo Rosa Zumbi e o Coletivo Primeiro de Maio (Perez, 2019). Como observado por Perez e Souza (2017), os coletivos que se orientam pela teoria marxista associam a luta de classes à organização via partidos políticos e, por isso, são vinculados a partidos políticos.

Por compreender que a prática do “bem viver” se constrói por meio de um processo participativo, de baixo para cima (Acosta, 2017), este artigo, resultado da Dissertação de Mestrado “Bem viver e coletivos: estudo de caso do ‘Mutirão pelo Bem Viver’ em São Paulo”, foca na atuação específica do MBV, considerando sua organização interna, sua relação com a comunidade e seu repertório de atuação inspirado no “bem viver”.

Adicionalmente, o foco específico na atuação do MBV se alinha, indiretamente, às críticas que consideram ser um problema a esquerda contemporânea centralizar a sua atuação à manutenção do acesso ao Estado, por via institucional (Ricci, 2009). Compreendemos que há uma urgência em se voltar a atuação partidária também para a esfera social (atuação de base), de modo que haja uma constante avaliação de como as esferas de atuação da política formal e das práticas de base se articulam. Porém, este capítulo não pretende aprofundar-se no debate político-partidário, sobretudo vinculado à atuação do Subverta e de sua articulação com o PSOL.

1 Deste modo, sempre que for mencionado “participantes do MBV” no decorrer do capítulo, deve ser considerado tanto os militantes do Subverta que atuam no MBV, quanto os voluntários do MBV.

Inicialmente, a organização do MBV ocorreu por meio da arrecadação de doações financeiras por “vaquinhas online”², com o objetivo de comprar alimentos agroecológicos produzidos por pequenos produtores e montar cestas – acrescidas de alimentos não perecíveis – para serem entregues em comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar em diferentes cidades brasileiras. A montagem deste circuito marcou a primeira fase do projeto organizado pelo coletivo. A segunda fase envolveu a organização de plantios coletivos de hortas comunitárias e a montagem de cozinhas comunitárias nas comunidades atendidas, marcando a passagem para uma atuação em caráter potencialmente emancipatória, em contraste ao caráter assistencial da primeira fase do projeto.

O estudo de caso se baseou nas experiências de duas comunidades urbanas com atuação do MBV, localizadas no Estado de São Paulo. A primeira comunidade estudada está localizada no Jardim Paraná, aos pés da Serra da Cantareira, Zona Norte da Capital – onde foi montada uma cozinha comunitária, iniciada uma horta comunitária e um projeto de economia solidária. E a segunda encontra-se no Jardim Itatiaia, em Campinas, onde foi desenvolvida uma horta comunitária e constituída uma associação de bairro.

A descrição e análise das experiências nas duas comunidades serão apresentadas apoiando-se, 1) na literatura sobre movimentos sociais e coletivos sociais, 2) nos princípios teóricos do “bem viver”, como parte do repertório do coletivo, e 3) no estudo da prática desenvolvida pelas comunidades estudadas, de modo que possamos contribuir para o exame da relação entre teoria e prática.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada por meio de um estudo de caso do “Mutirão pelo Bem Viver” (Gil, 2002).

A primeira etapa dos procedimentos metodológicos foi a revisão bibliográfica sobre os principais conceitos e referenciais teóricos utilizados (“bem viver”, movimentos sociais e coletivos), por meio de busca das palavras-chave do estudo no banco de dados do SciELO e do Google Acadêmico, considerando os objetivos da pesquisa.

Já o segundo procedimento metodológico foi a observação participante (Cardoso, 2004; Neto, 2002), que fez parte da etapa exploratória para maior familiarização com o objeto de estudo, realizada no período de agosto de 2021 a janeiro de 2022, no decorrer da segunda fase da iniciativa.

2 As duas vaquinhas online podem ser acessadas através dos links: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/mutirao-do-bem-viver-em-resposta-a-pandemia> (campanha criada em março de 2020) e <https://abacashi.com/p/ajude-a-manter-o-mbv> (campanha criada em junho de 2020)

A terceira etapa compreendeu o levantamento de atas de reuniões, relatos de visitas ao território, documentos organizacionais internos, bem como o acompanhamento do conteúdo dos meios de comunicação online do MBV e do Coletivo Subverta nas redes sociais (Instagram e Facebook) e sites com o objetivo de levantar impressões gerais e aprofundar o entendimento sobre o objeto de estudo.

Por fim, a última etapa compreendeu a aplicação de entrevistas semiestruturadas em formato online por meio da plataforma “Jitsi Meet” com 13 pessoas envolvidas no projeto. Optou-se pela entrevista semiestruturada pois, metodologicamente, esta técnica permite uma interação dialógica mais dinâmica, de modo a permitir maior interação e liberdade às falas dos entrevistados.

Para tal, foram utilizados três roteiros de entrevistas, sendo o primeiro utilizado para entrevista com um militante do Subverta que ajudou a impulsionar o MBV (Participante 1) a fim de compreender a relação do Subverta com o MBV para elaboração dos demais roteiros, o segundo utilizado nas entrevistas com voluntários do MBV e militantes do Subverta que atuam no MBV (Participantes 2 ao 8) e o último aplicado aos moradores e lideranças do Jardim Paraná na Brasilândia (Participantes 9, 10 e 11), e do Jardim Itatiaia em Campinas (Participantes 12 e 13).

Havia, em média, 60 participantes no grupo do Telegram do MBV na Regional de São Paulo. Desses, em torno de 15 pessoas engajavam nas atividades, e uma média de 5 moradores, incluindo lideranças, estavam mais envolvidos com o projeto em cada comunidade, sendo essa a população do presente estudo. A amostra mostrou-se suficiente considerando a saturação dos dados obtidos nas entrevistas (Fontanella *et al.*, 2011). Quanto à seleção dos entrevistados, foi feita de modo a abranger as diferentes áreas e níveis de atuação. Todas as pessoas convidadas a fazer a entrevista aceitaram participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e consentiram que a entrevista fosse gravada³.

Após esta etapa, os dados coletados foram submetidos à técnica de análise temática de conteúdo, que consiste em organizar os dados coletados a partir de temas. No caso deste estudo, os temas estavam pré-determinados no próprio roteiro de entrevistas, que foi desenvolvido com base na literatura e no trabalho de campo. Deste modo, os dados foram retirados de seu contexto original e reagrupados de acordo com os temas (Ayres, 2008; Bardin, 2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentaremos uma breve descrição da atuação do MBV nas duas comunidades estudadas, seguida da discussão sobre a estrutura organizacional, a atuação,

3 Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos aprovada sob o parecer nº 4.840.472.

as contribuições para as comunidades e, por fim, os entendimentos sobre o “bem viver” e sobre movimentos sociais e coletivos.

3.1. Atuação do MBV no Jardim Paraná, Brasilândia, São Paulo/SP

O contato inicial com o Instituto Caminho da Paz (ICP) - ONG que atua há mais de 20 anos por melhores condições de vida no Jardim Paraná (Instituto Caminho da Paz, 2023), aconteceu através de uma publicação nas redes sociais em que uma das lideranças do bairro solicitava doações de alimentos em março de 2020. Após uma articulação do MBV com o ICP, foi iniciada a entrega das cestas quinzenalmente aos fins de semana, com alimentos agroecológicos adquiridos em dois assentamentos do MST, o Assentamento Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha, SP) e Acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta (bairro Chácara Maria Trindade, Perus, SP), com recursos financeiros arrecadados, principalmente, via vaquinha on-line.

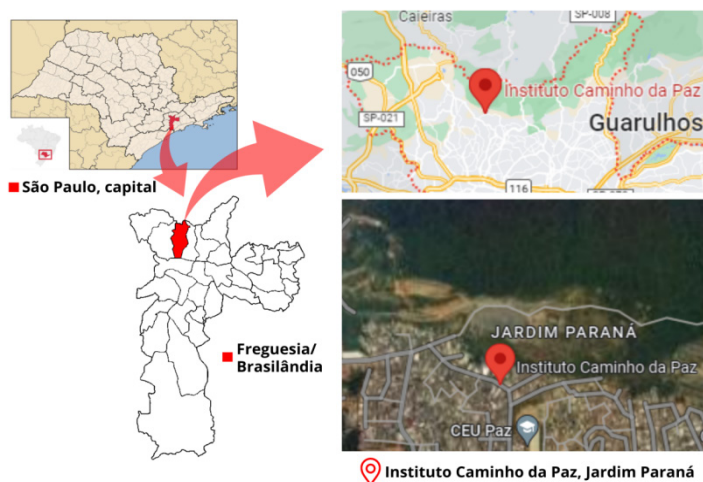


Figura 1 - Mapa da localização do Instituto Caminho da Paz.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

De acordo com lideranças e voluntários do ICP, o principal problema enfrentado na comunidade era o aumento do desemprego e da fome, e não os casos de Covid-19. Por isso, os principais projetos desenvolvidos na segunda fase do projeto foram a implementação de cozinha comunitária, economia solidária e horta comunitária.

O projeto da cozinha comunitária contou com o aluguel de uma pequena cozinha, o recebimento de doações de utensílios e equipamentos, o oferecimento de oficinas de capacitação aos sábados para que os moradores participantes se familiarizassem com a dinâmica do trabalho, a realização de uma pré-venda dos itens produzidos durante a oficina de hambúrguer de grãos para demonstrar como o espaço da cozinha

poderia ser utilizado para gerar renda e sugestão de utilização da cozinha pelas moradoras durante a semana para geração de renda.

Quanto ao projeto de economia solidária, após diversas reformulações, foi definido seu objetivo de organizar os comerciantes e prestadores de serviços da região em Assembleias de Comerciantes, em que o ICP faria o papel de articular e de conceder seu espaço para a realização das assembleias, que teriam o intuito de ser um espaço para apresentar os problemas enfrentados e pensar, coletivamente, em possíveis soluções.

Já o projeto da horta comunitária contou com a limpeza de dois terrenos, que deixaram de ser cedidos pelos moradores proprietários ao projeto logo após a primeira limpeza. No terceiro terreno cedido foram feitos alguns plantios na intenção de revitalizar o solo que apresentava indícios de falta de nutrientes. Contudo, o espaço ficava em um local isolado, dificultando a divulgação e o engajamento por parte da população e, conseqüentemente, os cuidados e manutenção da horta durante a semana.

Como não houve apropriação dos projetos pela comunidade local, todos foram finalizados em junho de 2022, em decisão conjunta com a liderança local.

A baixa mobilização pode ser explicada, em certa medida, a partir das observações feitas na pesquisa de Angileli (2012) sobre a Brasilândia. A pesquisadora menciona uma mudança ocorrida nas mobilizações do bairro⁴, percebida por lideranças locais e moradores que compartilhavam com a pesquisadora as dificuldades de mobilização e os problemas causados pelas disputas de poder entre diferentes grupos (religiosos, políticos, grileiros). Tal mudança se deve principalmente pela mudança ocorrida na Igreja Católica, que estimulava os processos de mobilização nas décadas de 1970 e 1980 por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que tinham como referência a Teologia da Libertação, mas que a partir dos anos 1990, tendo como referência a Revolução Carismática, diminuiu os questionamentos sobre o Estado e distanciou-se das questões sociais e políticas.

Adicionalmente a esta mudança, ocorre em todo o país a institucionalização de movimentos sociais e cooptação de lideranças comunitárias, impactando diretamente no ativismo e nas mobilizações (Gohn, 2018).

Por fim, a fundadora do ICP também havia sinalizado que a dificuldade de mobilização é um problema recorrente, pois a população é desacreditada das promessas feitas por atores externos.

4 A autora ressalta que esta mudança não é algo claro para todos. Ela, inclusive, pontua que este aspecto foi percebido por ela somente quando se inseriu de fato nas redes locais, se envolveu e conquistou a confiança das pessoas.



Figura 2 - Fotografias da atuação no Jardim Paraná.

Fonte: Arquivo MBV. Elaborado pelas autoras (2023).

3.2. Atuação do MBV no Jardim Itatiaia, Campinas/SP

Em Campinas, a comunidade atendida, indicada por um militante, trata-se de uma ocupação irregularmente uma área no Jardim Itatiaia, composta por cerca de oitenta famílias que, em parte, foram desalojadas de outro lugar para a construção de um condomínio com a promessa de que receberiam uma casa regularizada, o que nunca aconteceu em mais de dez anos de ocupação.

Durante a primeira fase do MBV, que se estendeu até maio de 2021 nessa comunidade, os alimentos para a composição das cestas eram inicialmente adquiridos do coletivo de mulheres do MST de Limeira, mas, devido à distância, passaram a ser comprados na Horta Comunitária do Parque Itajaí, em Campinas.

Para a segunda fase, foi decidido junto às lideranças da comunidade construir uma horta comunitária e constituir uma Associação de Bairro. Ambos os projetos já eram desejos antigos das lideranças, mas as hortas que faziam eram sempre destruídas e, sem suporte jurídico, não conseguiram finalizar e regularizar a Associação.



Figura 3 - Mapa da localização da comunidade do Jardim Itatiaia.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Contudo, as lideranças da comunidade também pontuaram sobre a possível dificuldade de mobilizar a população antes que vissem o desenvolvimento concreto dos projetos.

A horta comunitária foi iniciada em maio de 2021 um trecho do terreno de grande extensão ao redor de parte de ocupação após a realização de mutirões de limpeza para a remoção de entulhos que atraíam cobras e escorpiões. Em julho de 2021, aconteceu a primeira colheita. Esta e as colheitas seguintes eram colocadas em caixas e distribuídas pela comunidade com o auxílio das lideranças.

Durante todo o projeto da horta comunitária, os moradores sofreram várias ameaças de destruição da horta por pessoas que diziam representar o proprietário da terra, sendo que algumas se concretizaram. Apesar das destruições, a horta sempre foi reconstruída, fornecendo diversas colheitas para a comunidade⁵.

Em relação à Associação de Bairro, ao longo de 2021 foram realizadas reuniões com as lideranças e alguns moradores de modo a alinhar o projeto de sua constituição. A oficialização da associação ocorreu por meio de uma Assembleia de constituição de Associação de Bairro, em novembro de 2021, que contou com a presença de membros do MBV de Campinas e da Capital, um vereador de Campinas do PSOL que auxiliou com a obtenção de informações sobre o terreno, E cerca de 30 moradores e lideranças da comunidade. Posteriormente houve o registro formal do estatuto, contendo o artigo a seguir:

⁵ Até a edição deste capítulo, a horta continua sendo mantida pela comunidade.

“Artigo 2º - O objetivo primordial da Associação é a construção do **bem-viver** para tudo e todos que habitam o bairro Jd. Itatiaia em Campinas e seus arredores, resolvendo por meio de decisões coletivas e democráticas a tomada de ações comunitárias voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos associados.” (arquivo MBV, **negrito** nosso).



Figura 4 - Fotografias da atuação no Jardim Itatiaia.

Fonte: Arquivo MBV. Elaborado pelas autoras (2023).

3.3. Estrutura organizacional do MBV

O modo organizativo do MBV corresponde a estruturas organizacionais horizontais, pois não houve formalização de hierarquias. As tarefas eram distribuídas de acordo com a disponibilidade e habilidades de cada participante, de modo voluntário, sendo que a principal intenção em aplicar esse modo organizativo era a preocupação em ouvir a opinião de todos os participantes e eliminar o autoritarismo (Perez, 2019; Perez, Souza, 2017). Entretanto, este processo refletiu em maior demora nas tomadas de decisões, com reuniões muito extensas, podendo comprometer o andamento das atividades junto às comunidades (Thibes *et al.*, 2020).

Apesar da crítica às estruturas muito hierarquizadas, a autonomia em relação às instituições parlamentares não é unanimidade, visto que o Coletivo Subverta é uma tendência do partido político PSOL (Perez, 2020).

Além disso, a busca pela horizontalidade foi associada por um dos entrevistados do MBV ao compromisso da organização com a descentralização, rompendo com a tradição marxista ao não adotar o centralismo democrático. Observamos, então, a articulação entre as teorias marxistas e as correntes anarquistas nos coletivos vinculados aos partidos políticos.

Com o intuito de garantir que as tarefas fossem cumpridas e que as informações fossem compartilhadas com todo o grupo, alguns membros eram destacados, de forma voluntária e rotativa, sendo chamados de “sujeitos de referência” pelo MBV. Deste modo, foi possível notar a presença de lideranças não formalizadas (Marques; Marx, 2020; Valiengo; Oliveira, 2020).

Outro ponto destacado pela literatura é o uso das TDICs pelos coletivos. Contudo, seu uso não se mostrou central, visto que toda a atuação com as comunidades se deu, majoritariamente, de modo presencial, inclusive as reuniões e assembleias, com contatos pontuais via WhatsApp e/ou ligações. Assim, notamos que o trabalho de base deve ser feito com contato pessoal (Maia, 2013), bem como a construção de democracia participativa (Santos, 2021).

3.4. Atuação MBV

Quando perguntados sobre o principal objetivo da atuação do MBV, a maioria dos participantes do MBV entrevistados respondeu que é fomentar o poder popular nos territórios onde tem parceria. Portanto, apesar do discurso sobre o meio ambiente se destacar na atuação do MBV, fato que se confirma em como o grupo é chamado pelas lideranças das comunidades (pessoal do verde para o Jardim Paraná e pessoal da horta para o Jardim Itatiaia), os projetos da horta e cozinha comunitárias também são utilizados como instrumentos para fomentar a auto-organização política das comunidades. Sendo assim, sugere que a atuação se enquadra na proposta de transição do “bem viver” baseada na “noção de autocentramento” (Acosta, 2017).

Perguntados se havia diferenças entre a parceria com o MBV e com outras organizações, os moradores do Jardim Paraná entrevistados mencionaram que as parcerias com outras organizações são mais mecânicas, direcionam o ICP, e de caráter assistencial, enquanto a parceria com o MBV leva em consideração a opinião do ICP, com decisões sendo tomadas em conjunto, além de ser um projeto de capacitação e informação. Já os entrevistados do Jardim Itatiaia disseram que as outras ações são mais pontuais, enquanto o MBV tem uma proposta de trabalho integrado e contínuo, além de afirmar que o movimento não desistiu da comunidade, como fizeram outras organizações.

Uma falha apontada por alguns dos entrevistados, tanto moradores quanto participantes do MBV, refere-se à comunicação do MBV com a comunidade. Para estes entrevistados, há uma dificuldade dos movimentos advindos da academia em

dialogar com a periferia e despertar o interesse da população. Esta já é uma crítica feita à composição do PSOL, formado majoritariamente por uma classe média universitária que não consegue dialogar com as periferias (Solano, 2016). Para um dos moradores do Jardim Paraná, somente uma convivência mais próxima pode quebrar essa barreira.

3.5. Contribuições para as comunidades

Unanimamente, os participantes do MBV entrevistados acreditam que a principal contribuição do projeto para as comunidades é mostrar como se organizar coletivamente, convergindo com o principal objetivo do projeto apontado por eles, conforme descrito no item anterior. Entretanto, afirmaram que ainda é uma atuação pequena, com poucos e pequenos avanços. A partilha de saberes também foi citada como contribuição.

Para os moradores do Jardim Paraná, as contribuições do projeto foram os relacionamentos e amizades criadas e mantidas e os aprendizados adquiridos, citando como exemplos uma horta que fez na própria casa e a redução no consumo de carne.

Já as contribuições para a comunidade do Jardim Itatiaia mencionadas foram: a transformação de um terreno, apoio com demandas emergenciais como compra de cesta básica e remédios para moradores, auxílio na organização de eventos na comunidade, a aproximação entre moradores que antes não se conheciam, e estão começando a se conhecer, e maior participação de moradores nas assembleias da Associação de Bairro.

[...] na última reunião que a gente fizemos aqui teve bastante gente que já veio também, e já ficou já bem, bem... gostaram né, do que a gente tava fazendo. Então já tá vindo umas pessoas que eu jamais pensei que ia vir né, participar, tão vindo participar, tão perguntando se tá andando, pergunta se tá precisando de alguma coisa, geralmente quando a gente vai fazer alguma coisa assim, algum evento para nossas crianças, que geralmente a gente faz mais com as crianças, aí a comunidade toda se une, tudo através desses empurrãozinhos, dessas reuniões, de abrir um pouco a mente da população, porque como eles estão sem fé né, sem acreditar, devido a várias e várias promessas, então aí a gente está mostrando pra eles que tá dando tudo certo. Aí então, tem bastante gente que tá acreditando. [...] (Participante 13, entrevista realizada em 23/05/23)

Esta fala de uma líder comunitária aponta indícios de que o objetivo de fomentar o poder popular está sendo construído junto à comunidade do Jardim Itatiaia. Como ensinou Martin-Baró (2006), devemos potencializar as virtudes populares e relembrar as comunidades de sua força coletiva.

3.6. Entendimentos sobre o “bem viver”

De modo geral, os participantes do MBV entrevistados compreendem que o “bem viver” trata de uma outra concepção de vida e de relação dos seres humanos entre si e com a Natureza, de forma mais respeitosa e que considere o contexto de cada local, valorizando a diversidade.

Deste modo, a centralidade do entendimento sobre o “bem viver” converge tanto com a atuação do MBV, ao focar nas questões ambientais e demonstrar preocupação com ações que considerem o contexto das comunidades, quanto com os estudos sobre os coletivos que indicam a predominância de pautas em torno das clivagens sociais e experimentação de novas formas de sociabilidade, ou seja, com centralidade no debate decolonial (Perez; Souza, 2017; Coimbra; Morais, 2020; Faria, 2020; Marques; Marx, 2020; Martins, 2020; Monaco, 2020; Thibes *et al.*, 2020; Valiengo; Oliveira, 2020).

3.7. Entendimentos sobre coletivos e movimentos sociais

Os entendimentos dos entrevistados em relação a movimentos sociais e coletivos convergiram com o que os estudos sobre coletivos têm demonstrado. Durante as entrevistas, foram citados que os movimentos sociais possuem estrutura mais hierarquizada e atuam em torno de causa específica e os coletivos possuem estruturas horizontais e atuação mais ampla, com projeto político (Maia, 2013; Marques; Marx, 2020). Além disso, os movimentos sociais foram associados aos movimentos de massas e os coletivos como organizações ligadas aos partidos políticos.

Portanto, a adesão ao termo coletivo demonstra relacionar-se com a novidade e repercussão do termo (Perez; Souza, 2017). Já o vínculo ou relação com partidos políticos relaciona-se com a teoria utilizada pelo grupo para orientar a atuação da organização. Por fim, as características atribuídas aos coletivos parecem relacionar-se ao fenômeno mais amplo do ativismo contemporâneo, situado entre as correntes anarquistas e a militância em organizações mais clássicas (Pleyers, 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo observou que a atuação do MBV, em conjunto com o Coletivo Subverta, se orienta pela intenção de construção via partido-movimento, como proposto por Boaventura de Souza Santos (2021), em que a atuação institucional e de base acontecem de modo complementar, simultâneo e gradativo.

Outros estudos sobre coletivos apontam para uma atuação centrada no debate decolonial. No caso deste estudo, observamos haver uma articulação entre as teorias marxistas e correntes anarquistas nos coletivos vinculados a partidos políticos ao buscar a construção de controles descentralizados, como orientado pelas correntes

anarquistas, por meio da estrutura horizontal. Deste modo, a utilização do termo coletivo parece estar associada a uma nova configuração de atuação política.

Apesar do discurso e ações serem direcionados, majoritariamente, às questões ambientais, os projetos de cozinha e horta comunitárias do MBV são utilizados como instrumentos para fomentar a auto-organização da população das comunidades parceiras.

O estudo apresenta limitações no que tange ao alcance de seus resultados, pois trata-se de um estudo de caso. Assim, recomendamos a realização de novos estudos sobre a atuação de coletivos inspirados no pensamento decolonial.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.
- Angileli, C. M. M. M. *Chão*. 2012. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- Ayres, L. Thematic coding and analysis. In: Given, L. M. *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., 2008, p. 867-868.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- Cardoso, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Ruth Correa Leite Cardoso (Org.) 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- Coimbra, K. E. R.; Morais, M. D. C. de. Coletivismo juvenil em Teresina: desenhando um panorama a partir das mídias sociais Instagram e Facebook. In: Gohn, M. da G.; Pentead, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 161-195, 2020.
- Faria, F. de. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. In: Gohn, M. da G.; Pentead, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 33-48, 2020.
- Fontanella, B. J.; Luchesi, B. M.; Saidel, M. G.; Ricas, J.; Turato, E. R.; Melo, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cad. Saúde Pública*, 27, 2, 389-394, 2011.
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisas*. São Paulo: Atlas, 2002.
- Gohn, M. da G.; Pentead, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p.01-07, 2020.
- Gohn, M. G. Marcos referenciais teóricos que tem dado suporte às análises dos Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Brasil - 1970-2018. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 06, n. 14, Set-Dez/2018.

- Graeber, D. *O anarquismo no século 21 e outros ensaios*. Tradução: Heitor Magalhães Corrêa. Coletivo Coisa Preta. [20--]. Disponível em: <https://coisapreta.noblogs.org/files/2017/01/anarquismo-no-seculo-21-David-Graeber.pdf>. Acesso em 11 jul. 2023.
- Gudynas, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. *Revista América Latina en Movimiento (ALAI)*, n. 462: 1-20, Quito, Fevereiro, 2011.
- Instituto Caminho da Paz - Transforma ZN. Transformazn.com.br. Disponível em: <https://transformazn.com.br/ong/instituto-caminho-da-paz>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- Maia, G. L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013.
- Marques, M.; Marx, V. Os coletivos em cena. Algumas contribuições para o debate. In: Gohn, M. da G.; Penteadó, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 08-32, 2020.
- Martins, M. G. dos S. Coletivos quebrando o silêncio: mulheres feministas e evangélicas na luta contra a violência de gênero e em favor à legalização do aborto. In: Gohn, M. da G.; Penteadó, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 08-32, 2020.
- Martín-Baró, I. Hacia una psicología de la liberación. *Revista electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, v. 1, n. 2, p. 7-14, 2006.
- Monaco, H. M. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços 'monodissidentes'. In: Gohn, M. da G.; Penteadó, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 228-251, 2020.
- Neto, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Perez, O.; Souza, B. M. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, e217820, 2020.
- Perez, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, vol. 25, nº 3, 577-596, 2019.
- Perez, O. C.; Souza, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. In: *41º Encontro anual da ANPOCS*. Caxambú-MG, Outubro de 2017.
- Pleyers, G. *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- Ricci, R. Identidades de esquerda. O que é ser de esquerda no século XXI? *REA*, no. 99, 5-12, 2009.
- Santos, B. DE S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos Cebrap*, v.79, p.71-94, 2007.
- Santos, B. de S. *Quinze teses sobre o partido-movimento*. 2021. Disponível em: <https://outras-palavras.net/crise-civilizatoria/quinze-teses-sobre-o-partido-movimento/>

- Solano, E. Brasil: la caída del PT y el ascenso conservador. *Nueva Sociedad* | *Democracia y política en América Latina*, n. 266, 2016.
- Thibes, M. Z.; Pereira, N. B.; Segurado, R.; Chicarino, T. S. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. *In: Gohn, M. da G.; Penteadó, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 49-73, 2020.
- Valiengo, C. B.; Oliveira, M. J. de. Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação. *In: Gohn, M. da G.; Penteadó, C. L. de C.; Marques, M. de S. (Org.) Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 74-97, 2020.

